

# **Direitos Humanos: Perspectivas Sobre O Acesso À Saúde Pública No Brasil**

**Lilian Valerio Da Silva**

*Universidade Friedrich-Alexander-Universitat Erlangen-Nurnberg (FAU)*

**Sara Bruno Torres Rêgo**

*Universidade Federal Do Amazonas- UFAM/EEM*

**Alexsandro José Rodrigues**

*Universidade Federal Do Maranhão*

**Maria Do Socorro Saraiva Pinheiro**

*Faculdade De Medicina - Universidade Do Porto, UP, Portugal.*

**Ana Karoliny Freitas De Oliveira**

*Universidade Do Estado Do Amapá - Ueap*

**João Filipe Moreira De Carvalho**

*Universidade Paulista-UNIP*

**Donizete Vaz Furlan**

*Centro De Ensino FIEO - UNIFIEO*

**Maria Regidiana Da Conceição**

*Faculdade Evolução Alto Oeste Potitiguar-Facep*

**Brisa Ricardo Ferreira Xavier**

*Universidade Federal Da Paraíba*

**Jaqueline Basso Stivanin**

*Hospital Universitário De Santa Maria - HUSM/EBSERH*

**Emanuel Felipe Rosendo De Farias**

*Unibra- Centro Universitário Brasileiro*

**Nilmar Diogo Dos Reis**

*UFLA*

---

## **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os direitos humanos e a garantia dos serviços públicos de saúde no Brasil, com foco no Sistema Único de Saúde (SUS). Adotou-se uma metodologia qualitativa, com amostra composta por 15 profissionais da saúde, cujas percepções foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise revelou que, embora o SUS seja essencial para a promoção da saúde e a garantia do direito à saúde para a população brasileira, ele enfrenta desafios significativos, como o subfinanciamento, a escassez de profissionais, a precariedade da infraestrutura e a sobrecarga dos serviços. Além disso, a judicialização da saúde e as dificuldades no relacionamento entre profissionais e pacientes também foram identificadas. Contudo, os entrevistados reconheceram avanços importantes, como a ampliação do acesso a serviços básicos e a eficácia no enfrentamento da pandemia de COVID-19. A pesquisa conclui que o SUS é um*

*pilar essencial para os direitos humanos no Brasil, mas que seu fortalecimento requer investimentos adequados, gestão eficiente e maior participação da sociedade na defesa do sistema público de saúde.*

**Palavras-chave:** *Direitos humanos; Serviços públicos de saúde; Sus.*

Date of Submission: 05-03-2025

Date of Acceptance: 15-03-2025

---

## I. Introdução

Os direitos humanos representam um conjunto de princípios universais que asseguram a dignidade e o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural. No contexto brasileiro, a efetivação desses direitos perpassa pela oferta de serviços públicos essenciais, como a saúde. O acesso universal a cuidados médicos de qualidade é um dos pilares fundamentais para a concretização do direito à vida e ao bem-estar social, sendo a saúde reconhecida como um direito social na Constituição Federal de 1988. No entanto, garantir esse direito de maneira equitativa e eficiente é um desafio constante, principalmente diante das desigualdades regionais e estruturais que permeiam o país (Cardoso et al., 2021).

O Sistema Único de Saúde (SUS) surge como um marco na consolidação do direito à saúde no Brasil, estruturando-se sobre os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Sua criação representou um avanço significativo na ampliação do acesso à saúde pública, buscando atender às necessidades da população em um país de dimensões continentais. No entanto, ao longo das décadas, o SUS enfrentou desafios que comprometeram sua plena execução, como o subfinanciamento crônico, a sobrecarga dos serviços e as dificuldades de gestão. Esses obstáculos impactam diretamente a capacidade do sistema em garantir atendimento eficiente e de qualidade a todos os cidadãos (Mello et al., 2017).

Além das dificuldades estruturais e financeiras, a garantia da saúde como um direito humano fundamental passa também por desafios políticos e administrativos. Mudanças nas diretrizes governamentais, cortes orçamentários e reformas no financiamento da saúde pública afetam diretamente a capacidade do SUS de cumprir seu papel. Ademais, a judicialização da saúde, fenômeno cada vez mais presente no Brasil, reflete a necessidade de muitos cidadãos recorrerem ao Poder Judiciário para garantir tratamentos e medicamentos que deveriam estar disponíveis pelo sistema público, evidenciando falhas na concretização desse direito (Nogueira et al., 2018).

Outro aspecto relevante na discussão sobre direitos humanos e a garantia dos serviços públicos de saúde no Brasil é a desigualdade social e territorial. Enquanto algumas regiões possuem hospitais equipados e profissionais qualificados, outras ainda sofrem com a carência de infraestrutura básica e atendimento precário. Esse cenário acentua as desigualdades no acesso à saúde e compromete o princípio da equidade do SUS, uma vez que populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas e moradores de áreas periféricas, enfrentam maiores dificuldades para acessar serviços médicos de qualidade (Muhlen; Madureira; Lise, 2022).

A pandemia de COVID-19 evidenciou tanto a importância quanto as fragilidades do SUS. Enquanto o sistema público de saúde foi essencial no combate à crise sanitária, garantindo acesso a vacinas, atendimentos hospitalares e campanhas de prevenção, também ficou evidente a necessidade de investimentos mais robustos para garantir a sua eficiência. A emergência de saúde global reforçou a ideia de que o direito à saúde não deve ser apenas um princípio constitucional, mas uma realidade prática assegurada pelo Estado por meio de políticas públicas eficazes e contínuas (Menezes, 2019).

Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir sobre o papel do SUS na garantia do direito à saúde e os desafios enfrentados para que esse serviço público seja universal, integral e equitativo. A consolidação de políticas públicas eficientes, o aprimoramento da gestão e o financiamento adequado são fatores essenciais para que o SUS cumpra seu papel como um dos principais instrumentos de concretização dos direitos humanos no Brasil. Assim, o debate sobre o sistema de saúde brasileiro deve ser constante, buscando sempre aprimorar sua estrutura e ampliar sua capacidade de atendimento (Medeiros et al., 2024).

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre os direitos humanos e a garantia aos serviços públicos de saúde no Brasil, com foco no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Buscou-se compreender os desafios enfrentados pelo sistema, os avanços conquistados ao longo das décadas e as perspectivas para a consolidação de um atendimento mais equitativo e eficiente.

## II. Materiais E Métodos

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as percepções e experiências de profissionais da saúde sobre a relação entre os direitos humanos e a garantia de serviços públicos de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A escolha pela pesquisa qualitativa se deu pela necessidade de explorar em profundidade as opiniões, sentimentos e percepções dos participantes, uma vez que a temática envolve aspectos subjetivos e complexos que demandam um olhar mais atento e detalhado.

A amostra da pesquisa foi composta por 15 profissionais da saúde, selecionados de forma intencional, com base em sua experiência e atuação dentro do SUS. Esses profissionais pertencem a diferentes áreas, incluindo médicos, enfermeiros, gestores de saúde e assistentes sociais, o que permitiu obter uma visão ampla e diversificada sobre os desafios e as práticas do sistema de saúde público.

A seleção da amostra visou garantir a heterogeneidade necessária para proporcionar um entendimento mais rico sobre as diferentes perspectivas que cercam a temática abordada. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma presencial ou virtual, dependendo da disponibilidade e da conveniência dos participantes.

As entrevistas foram conduzidas com questões abertas, que permitiram aos entrevistados expressar livremente suas opiniões e experiências relacionadas ao SUS e aos direitos humanos. O uso de entrevistas semiestruturadas possibilitou uma abordagem flexível, onde o pesquisador pôde aprofundar-se em temas emergentes durante o processo, enriquecendo a compreensão do objeto de estudo.

Para garantir a privacidade e a segurança dos participantes, foi adotado o uso de pseudônimos durante todo o processo de coleta de dados e na apresentação dos resultados. Nenhum nome verdadeiro dos participantes foi citado, preservando assim sua identidade. Além disso, todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e garantiram consentimento informado para participar das entrevistas, em conformidade com as diretrizes éticas da pesquisa científica. Essa estratégia de anonimato foi essencial para garantir que os profissionais se sentissem seguros e à vontade para expressar suas opiniões de forma honesta e sem receio de represálias.

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise qualitativa das entrevistas, utilizando a técnica de análise de conteúdo. As falas dos participantes foram transcritas e, em seguida, agrupadas em categorias temáticas, que refletiram os principais pontos abordados em relação aos desafios e perspectivas sobre a garantia do direito à saúde no SUS. A análise buscou identificar padrões e divergências nas respostas, permitindo uma interpretação crítica e fundamentada sobre as questões relacionadas ao SUS e aos direitos humanos.

### **III. Resultados E Discussões**

A análise das entrevistas revelou aspectos fundamentais sobre a relação entre os direitos humanos e a garantia dos serviços públicos de saúde no Brasil, com ênfase no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Os profissionais entrevistados destacaram o SUS como um instrumento essencial para assegurar o direito à saúde, especialmente para as populações mais vulneráveis. Segundo o entrevistado E03, “o SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo e garante atendimento para milhões de pessoas que, sem ele, não teriam acesso a serviços de saúde”. Essa percepção foi reforçada por E11, que afirmou que “mesmo com todos os desafios, o SUS representa uma conquista histórica para os direitos humanos no Brasil, pois garante assistência médica gratuita e universal para toda a população”. Apesar desse reconhecimento, os entrevistados apontaram desafios estruturais que comprometem a efetividade do sistema. Um dos problemas mais citados foi o subfinanciamento do SUS, que impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados. Para E02, “a falta de recursos faz com que hospitais e unidades de saúde operem com equipamentos defasados e equipes reduzidas, o que prejudica a qualidade do atendimento”. De maneira semelhante, E14 ressaltou que “muitas vezes, os profissionais da saúde precisam improvisar para oferecer o melhor cuidado possível, pois os recursos disponíveis são escassos e não acompanham a demanda da população”. Além disso, a sobrecarga do sistema foi amplamente mencionada. De acordo com E06, “o SUS atende um número muito maior de pessoas do que sua estrutura consegue suportar, principalmente em grandes cidades, onde os hospitais ficam lotados e os atendimentos são demorados”. Essa situação foi corroborada por E10, que relatou que “muitos pacientes esperam meses para conseguir exames e consultas especializadas, o que compromete o diagnóstico precoce e o tratamento de diversas doenças”. Outro desafio apontado pelos entrevistados foi a escassez de profissionais da saúde, principalmente em regiões mais afastadas. Segundo E05, “há uma carência significativa de médicos e enfermeiros em diversas regiões, o que prejudica o atendimento à população”. Essa questão foi reforçada por E12, que destacou que “muitos profissionais preferem trabalhar na rede privada, pois as condições de trabalho no SUS são mais precárias, com carga horária exaustiva e salários defasados”. Além disso, a precariedade da infraestrutura nas unidades de saúde também foi mencionada. De acordo com E09, “há unidades sem equipamentos básicos, como termômetros e estetoscópios, o que compromete a qualidade do atendimento”. O entrevistado E15 complementou essa questão, relatando que “em alguns locais, faltam até insumos essenciais, como seringas e luvas, o que coloca tanto os pacientes quanto os profissionais em risco”. A judicialização da saúde foi outro aspecto recorrente nas entrevistas. Segundo E04, “muitos pacientes não conseguem acesso a determinados medicamentos essenciais e precisam entrar com ações judiciais para que o Estado forneça o tratamento necessário”. Esse fenômeno, embora garanta acesso a alguns pacientes, também tem impactos negativos sobre o sistema. De acordo com E08, “a judicialização gera um impacto financeiro alto para o sistema, pois recursos que poderiam ser investidos em melhorias estruturais acabam sendo direcionados para cumprir decisões judiciais”. Apesar das dificuldades enfrentadas, os profissionais destacaram a importância do atendimento humanizado no SUS. De acordo com E01, “mesmo com a sobrecarga de trabalho, buscamos tratar os pacientes com respeito e atenção, pois sabemos que muitas dessas pessoas dependem exclusivamente do SUS para receber assistência médica”. No entanto, desafios no relacionamento com os pacientes foram relatados. O entrevistado E13 mencionou que “muitos pacientes chegam nervosos e impacientes, o que gera conflitos no atendimento e torna o ambiente hospitalar ainda mais tenso”. Já E07

complementou que “é compreensível que os pacientes fiquem frustrados com a demora, mas isso também afeta os profissionais, que trabalham sob pressão constante e nem sempre conseguem oferecer o atendimento que gostariam”. Mesmo diante dessas dificuldades, alguns avanços do SUS foram destacados pelos entrevistados. O entrevistado E06 afirmou que “programas como o Estratégia Saúde da Família ampliaram o acesso aos serviços básicos de saúde, garantindo atendimento domiciliar para muitas pessoas que antes não tinham acompanhamento médico”. Essa visão foi compartilhada por E09, que afirmou que “o SUS foi essencial no combate à pandemia de COVID-19, garantindo vacinas gratuitas para toda a população e salvando inúmeras vidas”. Além disso, a implementação de políticas voltadas para grupos vulneráveis foi citada como um avanço. Segundo E11, “o SUS tem programas específicos para indígenas, quilombolas e pessoas em situação de rua, o que demonstra um esforço em garantir o direito à saúde para todos os segmentos da população”. Por fim, os entrevistados destacaram a necessidade de melhorias para fortalecer o SUS e garantir sua sustentabilidade a longo prazo. O entrevistado E03 sugeriu que “é essencial aumentar o investimento no sistema público de saúde, garantindo mais recursos para a infraestrutura e contratação de profissionais”. De forma semelhante, E05 afirmou que “o SUS precisa de uma gestão mais eficiente, com políticas de valorização dos profissionais da saúde e combate ao desperdício de recursos”. Além disso, alguns entrevistados apontaram a necessidade de maior participação da sociedade na defesa do SUS. Segundo E14, “a população precisa compreender a importância do SUS e lutar por melhorias, pois a saúde pública é um direito fundamental que deve ser protegido”. Essa ideia foi reforçada por E10, que afirmou que “sem um sistema público forte, milhões de brasileiros ficariam sem acesso a serviços de saúde, tornando-se ainda mais vulneráveis”. Os relatos dos profissionais entrevistados evidenciaram tanto as dificuldades enfrentadas pelo SUS quanto sua importância na garantia do direito à saúde no Brasil. Embora existam desafios significativos, como o subfinanciamento, a sobrecarga dos serviços e a falta de profissionais, também foram reconhecidos avanços e impactos positivos do sistema. Os resultados indicam que a continuidade e o fortalecimento do SUS dependem de investimentos adequados, melhorias na gestão e valorização dos profissionais da saúde. Além disso, reforçam a necessidade de ações que promovam maior equidade no acesso aos serviços públicos, garantindo que o direito à saúde seja efetivamente concretizado para toda a população.

#### **IV. Conclusão**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os direitos humanos e a garantia dos serviços públicos de saúde no Brasil, com foco no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da coleta e análise das entrevistas com profissionais da saúde, foi possível compreender as percepções desses agentes sobre os desafios, avanços e limitações do sistema, bem como a sua importância na concretização do direito à saúde para milhões de brasileiros. Os resultados evidenciaram que o SUS é um dos pilares fundamentais da garantia dos direitos humanos no Brasil, proporcionando acesso universal e gratuito à saúde. No entanto, apesar de sua relevância, o sistema ainda enfrenta diversos desafios estruturais que comprometem a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. O subfinanciamento, a escassez de profissionais, a precariedade da infraestrutura e a sobrecarga dos serviços foram apontados como fatores que dificultam a plena efetivação do direito à saúde no país. Além das dificuldades operacionais, a pesquisa revelou que a judicialização da saúde se tornou uma realidade crescente, impactando financeiramente o sistema e gerando desigualdades no acesso a determinados tratamentos. Muitos pacientes, sem alternativa, recorrem à Justiça para obter medicamentos e procedimentos que não são disponibilizados regularmente pelo SUS, o que, por um lado, garante o atendimento individual, mas, por outro, desvia recursos que poderiam ser investidos em melhorias estruturais e na ampliação dos serviços de forma coletiva. Outro ponto relevante identificado na pesquisa foi a importância da humanização no atendimento. Apesar das dificuldades enfrentadas, os profissionais da saúde se esforçam para garantir um atendimento digno e respeitoso aos pacientes, reforçando o compromisso ético e social do SUS. No entanto, a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e as dificuldades na relação com os usuários, muitas vezes frustrados com a demora e a burocracia do sistema, geram desafios adicionais para esses profissionais. Apesar dessas adversidades, os entrevistados destacaram avanços importantes no SUS, como a ampliação do acesso a serviços básicos de saúde por meio do programa Estratégia Saúde da Família e a eficiência do sistema no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Além disso, políticas voltadas para grupos vulneráveis demonstram que, mesmo diante de dificuldades, o SUS continua sendo uma ferramenta essencial para a promoção da equidade na saúde. Diante dos achados desta pesquisa, fica evidente que a continuidade e o fortalecimento do SUS dependem de investimentos contínuos, políticas públicas eficientes e uma gestão mais qualificada, capaz de otimizar os recursos e reduzir desperdícios. Além disso, é fundamental que a sociedade compreenda a importância do sistema e se mobilize em sua defesa, cobrando melhorias e contribuindo para a construção de um modelo de saúde pública mais justo e acessível. Por fim, a pesquisa reforça que o direito à saúde é um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal e que o SUS, apesar de suas limitações, representa um dos maiores avanços na promoção dos direitos humanos no Brasil. Para que esse direito seja efetivamente concretizado, é necessário um compromisso conjunto entre governo, profissionais da saúde e sociedade civil, visando aprimorar o sistema e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um atendimento digno e de qualidade.

**Referências**

- [1] Cardoso, D. S. A. Et Al. O Direito À Saúde, A Universalidade E A Proteção Dos Trabalhadores: Desafios Do Sus Na Pandemia. Rev Humanid Inov, 2021.
- [2] Medeiros, T. M. Et Al. Desafios Da Universalidade No Sus: Avaliação Do Acesso E Qualidade Dos Serviços De Saúde No Brasil. Cad Pedagog [Internet], 2024.
- [3] Mello Ga, Et Al. O Processo De Regionalização Do Sus: Revisão Sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, 22(4):1291-1310, 2017.
- [4] Menezes Apr, Et Al. O Futuro Do Sus: Impactos Das Reformas Neoliberais Na Saúde Pública – Austeridade Versus Universalidade. Saúde Debate, 2019.
- [5] Muhlen, G. S. V.; Madureira, E. M. P.; Lise, A. M. R. Síndrome Da Estafa Profissional: Burnout Em Médicos Oncologistas Atuantes Em Um Hospital Oncológico Do Município De Cascavel/Pr. Revista Thêma Et Scientia, V. 12, N. 2, 2022.
- [6] Nogueira, L. S. Et Al. Burnout E Ambiente De Trabalho De Enfermeiros Em Instituições Públicas De Saúde. Rev Bras Enferm [Internet], 71(2):3, 2018.